



Reportagem

Estudantes aprendem sobre cidadania com a Justiça Eleitoral

Reforma política – representantes e representados pág. 15

Entenda a proposta de divisão do Estado do Pará pág. 18

O sistema eleitoral do Timor Leste pág. 21



TRIBUNAL
SUPERIOR
ELEITORAL

Entrevista

Você vai acompanhar a partir de agora uma entrevista para a Revista Eletrônica da EJE, da Escola Judiciária Eleitoral. E o nosso convidado de hoje é o ministro Henrique Neves, do Tribunal Superior Eleitoral.

Ministro, no dia 23 de maio, o Tribunal Superior Eleitoral deu início a um ciclo de palestras na rede de ensino público aqui no Distrito Federal. Qual é o objetivo desse projeto?

Esse projeto tem três fases e esse ciclo de palestras é a primeira fase. Nele nós buscamos levar aos jovens de 16 e 17 anos a noção de alistamento eleitoral, a possibilidade que esse jovem tem de se alistar eleitor e a importância de realizar isso para que ele possa participar do processo eleitoral e exercer efetivamente a cidadania.

Qual é a abrangência desse projeto e quantas escolas serão beneficiadas com essa palestra?

Nesse ciclo de palestras, foram escolhidas pelo GDF, com quem temos a parceria, 314 escolas no Distrito Federal. Essa é a primeira fase, em que são feitas essas palestras. Numa segunda fase, a Escola Judiciária Eleitoral vai proporcionar cursos não mais para os alunos, mas para os professores, para que eles ajam como multiplicadores, e trará noções também sobre democracia, cidadania, a importância do Direito Eleitoral, a importância do exercício do voto. E os professores treinados passarão isso aos jovens de uma forma mais perene. E uma terceira fase que está prevista para quando inaugurar a nova sede do Tribunal é

esse pequeno museu que nós temos hoje na sede atual do Tribunal Superior Eleitoral. No novo prédio ele deverá ter um espaço maior e aí iniciaremos não só o Tribunal ir às escolas, mas as escolas também irem ao Tribunal para conhecer a história das eleições, verificar o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral e a importância do processo democrático.

É certo que o TSE tem um vasto conhecimento, aliás, ninguém melhor para falar do que os servidores e os próprios ministros da Casa sobre o tema. Mas quais são os temas, então, levados às escolas?

Depende, nas escolas o público-alvo inicial é o de 16 e 17 anos. Mas nós também temos o público de 10, 13, 14 anos, e temos nas escolas noturnas inclusive os adultos. Então, é diferenciado, e vai de acordo com a plateia. O público de 10, 13 anos é um público mais irrequieto, voltado mais para as noções básicas. A gente leva o Jogo do Eleitor, que foi desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral, e algumas noções. O de 16, 17 anos, por exemplo, na palestra que eu tive o prazer de fazer, mais da metade da turma já era eleitor, então já é uma pessoa mais conscientizada, já faz parte do processo eleitoral, que já estavam alistados como eleitores, e aí o tema fica mais ligado diretamente às eleições, ao que o candidato pode fazer, quem pode ser candidato, quem não pode ser candidato, ficha limpa eles têm muito interesse em saber também. E na parte, quando se pega uma aula noturna, uma escola noturna, que você já tem adulto, aí é um verdadeiro debate em que se discute inclusive

financiamento público de campanha, se deve ser lista fechada ou aberta, então é um aprofundamento maior. O tribunal, obviamente, não está dizendo qual será a melhor opção porque isso compete ao Congresso decidir, mas conduz um debate que faz parte da democracia. Democracia pressupõe debates. Agora, em todos, desde os 10 até os 70 anos de idade, um dos temas principais é a obrigatoriedade do voto. Eles têm muito interesse em saber se o voto é obrigatório ou não.

Tem um pouco da história da Justiça Eleitoral também?

Sim. A gente aproveita para contar a história do Tribunal Superior Eleitoral que vem desde 1932, encerrado por Getúlio Vargas e depois reaberto em 1945, também no final do governo Getúlio, e que até hoje se mantém aí como maestro das eleições, exercendo essa função administrativa fundamental para a democracia.

O senhor disse que o público-alvo nessa etapa são jovens entre 16 e 17 anos. Por quê?

Porque é justamente aquele jovem que a Constituição permite, transforma em eleitor, dependendo da vontade dele. A partir dos 18, todos têm que se alistar; 16 e 17 é facultativo. Então, o jovem de 16 e 17 já está num momento de inquietude. O pré-adolescente é irrequieto, o de 16 e 17 também tem uma inquietude, mas uma inquietude já intelectual. Ele começa a olhar o que acontece ao redor e quer participar. Então o tribunal incentiva isso, que ele exerça esse seu direito de ser um cidadão, esse direito de participar do processo eleitoral, de levar a cidadania e, com isso, incentivar o alistamento para que a gente possa manter sempre o cadastro atualizado e que tenhamos sempre eleições que expressem a vontade popular.

Ainda falando dessa faixa etária, o senhor sabe dizer qual é o percentual hoje de jovens eleitores?

Nós temos alistados algo em torno de 2%. Estima-se que isso num universo de 4%. Seria 4% do eleitorado. Nós teríamos aí 4% do eleitorado entre 16 e 17 anos. Desses 4%, mais da metade voluntariamente já se alistou. Entre os 18 e 19 anos nós temos mais 4%, nesses primeiros anos de eleitor. Aqui em Brasília nós não vamos ter eleição em 2012, porque no Distrito Federal não há eleição municipal. Então o jovem hoje de 16 na realidade vai votar só em 2014. Mas por isso nós também já estamos buscando os de 13, 14 anos porque, plantando a semente da ideia hoje, em 2012, 2013 ele já vai se preparar para a eleição que efetivamente ocorrerá, ao que tudo indica, se não mudar o sistema eleitoral, ela ocorrerá em 2014.

Esses dados que o senhor traz incidem em cerca de 135 milhões de eleitores, não é isso?

Exatamente. Nós estamos falando em torno de 2 milhões e 700 eleitores filiados, ou melhor, alistados. Eu estou trocando muito filiados porque um dos pontos que a gente fala na palestra também é que o jovem tem o direito de escolher livremente não só o seu candidato, mas também o seu partido, e participar da vida política. Porque não adianta a gente só reclamar se a gente não participa dela, então os jovens se filiam aos partidos que entenderem que correspondem às suas ideias.

O senhor nos trouxe esse dado aí e eu até aproveito porque, nas eleições de 2010, ou seja, nas eleições majoritárias, houve uma queda nessa participação do jovem eleitor.

É, como eu estava dizendo, essas palestras iniciam um projeto de três fases, e a esperança que nós temos é que isso se multiplique não

só nos jovens, mas que um adolescente converse com outro, e hoje em dia eles têm todos os meios de comunicação de massa à disposição, internet, *twitter* e tantos *sites* de relacionamento, que eles participem e demonstrem um ao outro a necessidade de que esses temas sejam debatidos. Porque é muito difícil você reclamar de alguma coisa pela qual você sequer se interessou no momento exato. Quando você podia tomar alguma iniciativa, você não fez nada; e aí depois você tem o direito de reclamar? Então que ele participe desse processo eleitoral desde o seu nascimento, e até brincávamos, quem sabe numa dessas palestras nós não estamos falando com um futuro presidente da República, um futuro governador ou um senador? É possível.

O alistamento eleitoral é obrigatório a partir dos 18 anos, e é facultativo entre 16, e aí, no caso, até os 18. Mas qual é a importância desse alistamento para as pessoas?

A importância é participar. O Bertolt Brecht, um alemão teatrólogo, dizia que o pior analfabeto que existe é o analfabeto político. Porque o analfabeto político não ouve, não fala, não se manifesta, não sabe que o preço do arroz, do feijão, da passagem de ônibus e do aluguel depende de decisões políticas. A política o que é? É a arte de administrar, o político, o cargo, um governador de estado, um prefeito, um presidente da República, o que ele faz? Ele administra os recursos públicos dando preferências. Infelizmente, isso não é problema do Brasil, mas é do mundo inteiro, é muito difícil ter um país que tenha recursos para administrar todas as áreas. Então ele tem que definir prioridades. Então ele vai definir a prioridade que seja na habitação, que seja na educação, que seja na saúde. O jovem que acha que tem que dar prioridade à educação vai buscar o candidato

que se comprometa com isso; aquele que acha não, a educação é muito importante, não podemos abrir mão, mas temos que cuidar primeiro da saúde, ele vai buscar o candidato que fale sobre saúde, que prometa. E eventualmente, a cada eleição, ele vai ter também o poder de verificar se aquele candidato em que ele votou correspondeu às expectativas, se aquela promessa de campanha era só uma promessa vazia ou se algumas medidas foram implementadas mesmo. Então, é fundamental para que você participe do processo eleitoral essa primeira fase, que é a do alistamento. Eu só posso me dirigir à urna se eu for um eleitor, e eu só posso exercer a minha cidadania plena se eu for um eleitor, e é isso que nós estamos tentando incentivar nos jovens.

Como é feito o controle do cadastro eleitoral?

O cadastro é todo informatizado, e o Tribunal Superior Eleitoral é pioneiro nas Américas nessa informatização e no fechamento do cadastro. Hoje nós temos basicamente um sistema de informática, de computação onde estão inseridos todos os nomes dos eleitores do Brasil, isso significa uma lista de quase 150 milhões de nomes. Em encontros internacionais, hoje não mais, mas no início alguns países não acreditavam que isso seria possível, porque você pega, por exemplo, os Estados Unidos, como a federação lá é muito forte, o cadastro de eleitor é estadual, então eles podem no máximo fechar quem são os eleitores daquele estado, mas não têm o que nós chamamos de batimento, que é a comparação para ver se a mesma pessoa não está inscrita como eleitor em duas localidades. Isso tudo administrado pela Corregedoria Geral Eleitoral do tribunal, e esse programa já está bem aperfeiçoado, nele constam todos os dados de quem são os eleitores, a identificação do eleitor. Com a urna

biométrica nós teremos também os dados biométricos desses eleitores. Nós já temos uma quantidade relativamente grande de eleitores registrados biometricamente e no futuro a tendência é que todos sejam. O plano da biometria em mais alguns anos estará, assim como a urna eletrônica começou em apenas alguns locais, e depois atingiu a totalidade do país, a biometria também o fará.

Eu conversei aqui com o ministro Henrique Neves do Tribunal Superior Eleitoral. Quero, inclusive, agradecer ao ministro pelos esclarecimentos, agradecer também por aceitar o convite da Escola Judiciária Eleitoral para participar desse nosso bate-papo aqui bem informativo para a Revista Eletrônica. Obrigado e até o nosso próximo encontro.